



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA CAMPUS III - GUARABIRA
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

ADRIVELLY SUZANE BEZERRA CHAVES

**É MELHOR CALAR AQUILO QUE NÃO SE PODE DIZER POR COMPLETO: A
EDUCAÇÃO SEXUAL E A SEXUALIDADE NA ESCOLA**

**GUARABIRA – PB
2025**

ADRIEVELLY SUZANE BEZERRA CHAVES

**É MELHOR CALAR AQUILO QUE NÃO SE PODE DIZER POR COMPLETO: A
EDUCAÇÃO SEXUAL E A SEXUALIDADE NA ESCOLA**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Área de concentração: Fundamentos da Educação e Formação Docente.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rita de Cássia da Rocha Cavalcante

**GUARABIRA – PB
2025**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto em versão impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que, na reprodução, figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

C512e Chaves, Adrievelly Suzane Bezerra.

É melhor calar aquilo que não se pode dizer por completo [manuscrito] : a educação sexual e a sexualidade na escola / Adrievelly Suzane Bezerra Chaves. - 2025.

35 f. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2025.

"Orientação : Prof. Dra. Rita de Cassia da Rocha Cavalcante, Departamento de Educação - CH".

1. Educação sexual. 2. Transversalidade curricular. 3. Tabu. 4. Sexualidade infantil. 5. Abuso sexual. 6. Violência intrafamiliar. I. Título

21. ed. CDD 372.372

ADRIEVELLY SUZANE BEZERRA CHAVES

É MELHOR CALAR AQUILO QUE NÃO SE PODE DIZER POR COMPLETO: A
EDUCAÇÃO SEXUAL E A SEXUALIDADE NA ESCOLA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à Coordenação do Curso de Pedagogia da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial à obtenção do título de
Licenciada em Pedagogia

Aprovada em: 27/05/2025.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado eletronicamente por:

- **Waldeci Ferreira Chagas** (***.945.344-**), em **05/06/2025 07:57:57** com chave **f040458c41fb11f0a81d2618257239a1**.
- **Rita de Cassia da Rocha Cavalcante** (***.644.404-**), em **04/06/2025 21:45:52** com chave **6e836c0441a611f09e8c06adb0a3afce**.
- **Bruno Mota Braga** (***.833.874-**), em **04/06/2025 22:05:00** com chave **1ad5e26e41a911f0888b1a7cc27eb1f9**.

Documento emitido pelo SUAP. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do
QrCode ao lado ou acesse https://suap.uepb.edu.br/comum/autenticar_documento/ e
informe os dados a seguir. **Tipo de Documento:** Folha de Aprovação do Projeto Final
Data da Emissão: 06/06/2025
Código de Autenticação: ddb671



AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a paiho (Deus) por ter sido o melhor pai do mundo! Por todas as vezes que ele cuidou de mim e me protegeu, por ter sido minha fortaleza quando meus muros desabaram. Eu não seria quem sou hoje, sem seus ensinamentos, *guarda-me Senhor como a menina dos teus olhos, ensina-me a ter asas!*

A minha vó Tereza por ter me criado e ensinado o verdadeiro sentido da palavra 'amor' e a minha segunda avó, Rita, que me mostrou que às vezes, encontramos afeto onde menos esperamos e que família não é aquela necessariamente de sangue. A minha mãe, Zélia, que é meu maior exemplo de força. Também aos meus irmãos, principalmente a Cinthia que sempre me ajudou e incentivou, ela é aquela da conhecida expressão: "irmãs de sangue não, mas se precisar do meu eu dou". Minha eterna gratidão a todos os meus familiares.

Em especial a Vanessa, Lairiane, Cassiano, Lucien, por todo apoio. Vocês foram essenciais no meu desenvolvimento acadêmico e pessoal. Esse trabalho tem um pouco de cada um de nós, porque o construímos sob nossas possibilidades e vocês me ensinaram que tudo é possível se assim eu o desejar. A minhas tchutchucas Priscilla e Larissa, por todos os momentos que vivemos juntas, pelos sorrisos mais sinceros...elas são girassóis em minha vida. Dizem que 'casa' é onde você escreve seu nome na pedra, é aonde vai quando o coração aperta, lugar de descanso...meus amigos(as) são meu lar.

A professora Rita Rocha, por ter aceitado ser minha orientadora e por ter acreditado em mim, por toda atenção e cuidado com o desenvolvimento desse trabalho de pesquisa. Sem sua ajuda ele não teria acontecido. Encontrei, durante esse processo, uma verdadeira amiga, um ser humano cheio de luz e bondade. Obrigada por tudo!

Dedico esse trabalho a minha avó Tereza, a primeira pessoa a quem ensinei a escrever o próprio nome. Prometo continuar ensinando outros(as) com o mesmo amor. Estarás para sempre em meu coração. A senhora é a estrela mais linda do céu. Eu te amo, eternamente.

“Tenho medo do que possa acontecer com a educação sexual nas escolas. Temo que aconteça com ela, em sala de aula, o que ocorreu com a literatura, por exemplo – que pôs toda uma geração em risco de criar aversão aos livros” (Aratagy, 1998, p. 14).

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar a importância da educação sexual infantil no enfrentamento da violência sexual contra crianças, destacando o papel da escola na proteção e formação das crianças frente a esse tipo de abuso. Fundamentado em estudos de especialistas da área como: (Chauí, 1994), (Souza, 1997), (Rangel, 2009), (Costa, 2021), além de narrativas pessoais e realizado por meio da abordagem qualitativa, o estudo traz a revisão bibliográfica e análise de casos reais de violência sexual infantil amplamente divulgados em fontes jornalísticas e institucionais. É problematizado o tabu cultural e social que envolve o ensino da sexualidade nas escolas e evidencia como esse silêncio contribui para a perpetuação da violência. O estudo apresenta também um panorama histórico da concepção de infância e sexualidade, apontando a influência de instituições como a Igreja e a família na repressão dos discursos sobre o corpo e a sexualidade infantil. Além disso, o trabalho discute os limites e as possibilidades da transversalidade da educação sexual no currículo escolar, revelando a fragilidade das políticas públicas e das formações docentes nesse campo. A pesquisa ainda aborda a violência intrafamiliar e os impactos emocionais e psicológicos do abuso sexual na vida das vítimas, ressaltando a necessidade urgente de práticas educativas que promovam o autoconhecimento, a autoproteção e o enfrentamento das situações abusivas. Os resultados obtidos mostram como o tabu dificulta a promoção da educação sexual nas escolas. Observa-se que, quando a temática é apresentada ocorre de forma optativa, tornando-se uma questão particular. Dessa forma, conclui-se que a educação sexual é fundamental para a formação integral das crianças e deve ser promovida de forma consciente, crítica e livre de preconceitos, fortalecendo a escola como um espaço educativo, protetivo e de resistência. O estudo reafirma a necessidade de políticas públicas eficazes e formação continuada dos educadores, para que possam atuar com segurança e sensibilidade diante dessa temática.

PALAVRAS-CHAVE: Educação sexual; Transversalidade curricular; Tabu; Sexualidade infantil; Abuso sexual; Violência intrafamiliar.

ABSTRACT

The general objective of this study is to analyze the importance of sexual education for children in combating sexual violence against children, highlighting the role of schools in protecting and educating children against this type of abuse. Based on studies by experts in the field such as: (Chauí, 1994), (Souza, 1997), (Rangel, 2009), (Costa, 2021), as well as personal narratives and carried out through a qualitative approach, the study presents a bibliographic review and analysis of real cases of sexual violence against children widely reported in journalistic and institutional sources. The cultural and social taboo surrounding the teaching of sexuality in schools is problematized and highlights how this silence contributes to the perpetuation of violence. The study also presents a historical overview of the conception of childhood and sexuality, pointing out the influence of institutions such as the Church and the family in repressing discourses about the body and children's sexuality. Furthermore, the study discusses the limits and possibilities of mainstreaming sexual education in the school curriculum, revealing the weakness of public policies and teacher training in this field. The research also addresses domestic violence and the emotional and psychological impacts of sexual abuse on the lives of victims, highlighting the urgent need for educational practices that promote self-knowledge, self-protection, and coping with abusive situations. The results obtained show how taboo hinders the promotion of sexual education in schools. It is observed that, when the topic is presented, it is optional, becoming a private matter. Thus, it is concluded that sexual education is fundamental for the comprehensive education of children and should be promoted in a conscious, critical and prejudice-free manner, strengthening the school as an educational, protective and resistant space. The study reaffirms the need for effective public policies and ongoing training for educators, so that they can act safely and sensitively when faced with this issue.

KEYWORDS: Sexual education; Cross-curricular mainstreaming; Taboo; Child sexuality; Sexual abuse; Domestic violence.

LISTA DE SIGLAS

UEPB - Universidade Estadual da Paraíba.

BNCC - Base Nacional Comum Curricular.

PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais.

DSTs - Doenças Sexualmente Transmissíveis.

OMS - Organização Mundial da Saúde.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. Justificativa.....	14
3. Objetivos.....	15
4. Estrutura do trabalho.....	16
5. EDUCAÇÃO SEXUAL.....	17
6. SEXUALIDADE INFANTIL.....	19
7. TRANSVERSALIDADE NO CURRÍCULO.....	20
8. TABU NA ESCOLA.....	22
9. VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR.....	24
10. CRIMES CONTRA A INFÂNCIA	27
11. CONCLUSÃO.....	29
REFERÊNCIAS	

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo refletir sobre a escola enquanto instituição educativa frente ao abuso sexual de crianças. Neste sentido, busca-se trazer a educação infantil e sexual para diálogo crítico, pautado em estudos científicos, visando a quebra do tabu que se refere à discussão com crianças sobre sexo e abuso sexual. O desenvolvimento dialógico se dará a partir da contribuição narrativa de estudiosos especializados na temática acerca da educação sexual na escola, alguns destes são: (Chauí, 1994), (Souza, 1997), (Faleiros, 2008), (Rangel, 2009), (Costa, 2021), entre outros.

O ambiente educacional pode assumir a condição de ser um espaço informativo visando garantir a proteção de crianças e adolescentes, isto na atualidade, pois, durante séculos inexistência da concepção de infância e a prática da violência contra as crianças, inclusive o abuso sexual ocorria de forma naturalizada no meio familiar.

O poder que os adultos tinham sobre esse público específico prorrogou esse período de violência. A criança foi e é por muitas vezes vista e tratada como um 'objeto' de domínio; "O lugar da criança, ao longo da história, foi desenhado como lugar de objeto, de incapaz, de menor valor" (Faleiros; Faleiros, 2008, p. 37) [Grifos nossos]. Segundo Macerllino (1997), percebemos o "furto da infância", quando a criança, seja ela de diferentes etnias ou sexo, assumi responsabilidades do adulto e isso se configura numa inserção precoce a vida adulta, visando reforço ao sistema produtivo.

Desse modo, neste trabalho, pensamos de que forma esse poder e o conceito de violência se relacionam também à narrativa. Para Odalia (2006), a violência é uma privação de direitos que invade o íntimo do ser.

Com efeito, privar significa tirar, destituir, despojar, desapossar alguém de alguma coisa. Todo ato de violência é exatamente isso. Ele nos despoja de alguma coisa, de nossa vida, de nossos direitos como pessoas e cidadãos [...]. A ideia de privação parece-me, portanto, permitir descobrir a violência onde ela estiver por mais camuflada que esteja sob montanhas de preconceitos, de costumes, ou tradições, de leis e legalismos (Odalia, 2006, p. 86).

A permanência do "invisível" sobre a submissão infantil configurou essa violência naturalizada, observada também no retardo dos diálogos acerca do sentido de infância, além da forte influência do adulto. Até a Idade Média, as crianças eram consideradas "adultos em miniatura" (Ariès, 1981), sendo no século XVIII iniciadas discussões sobre o cuidado e o espaço destas na sociedade. "Nas sociedades primitivas" a iniciação dos papéis e funções ocorriam tardiamente, contudo durante a revolução industrial, por exemplo, ocorreu de maneira precoce; ou seja, os infantes assumiram o modelo adulto (Guattari, 1987).

Quando se fala em respeito à infância, estamos falando em permitir que a criança tenha liberdade de se conhecer, desenvolver-se física e emocionalmente. Não sendo esse um sinônimo para permissividade e passividade. Sobre esse ponto, Piaget (1984) dialoga que:

O alcance educativo do respeito mútuo e dos métodos baseados na organização social espontânea das crianças entre si é precisamente o de possibilitar-lhes que elaborem uma disciplina, cuja necessidade é

descoberta na sua própria ação, ao invés de ser recebida inteiramente pronta antes que possa ser compreendida. Nisso é que os métodos ativos prestam o mesmo serviço insubstituível, tanto na educação moral quando na educação da inteligência: o de levar a criança a construir ela própria os instrumentos que a irão transformar, partindo do interior, ou seja, realmente e não mais apenas superficialmente (Piaget, 1984, p. 69)

Diante dessa concepção, entendemos a visão de infância sob o olhar adultocêntrico, neste que se refere ao adulto ser posto como o único capaz e a criança como um ser incompleto (Carvalho e Beraldo, 1989).

Todavia, é importante salientar que, a igreja se constitui de ideias adversas aos discursos modernos que vão contra ao natural historicamente pré-estabelecido. Esse “comum” se refere aos princípios sociais caracterizados por ela como morais e corretos. Assim, o catolicismo considera imprópria a ideia da criança como um indivíduo que possui sexualidade.

Luiz Mott (1989) comenta que relacionar a criança ao erótico é equivalente a macular sua natureza, diante disso, a dessexualização infantil e juvenil situa-se como um valor fundamental para o cristianismo. Desta forma, a religião católica também teve grande influência na construção da ideia da criança como um ser angelical, portanto conversar sobre sexo, sobretudo na infância, é indissociavelmente um tabu.

De acordo com Sanderson (2009), no passado o conceito de pureza estabeleceu práticas religiosas e culturais que possibilitaram a exploração sexual de menores.

[...] pelo fato de as crianças serem vistas como puras, elas tinham a capacidade de purificar o mal no adulto. Essa crença ainda pode ser observada hoje, em determinadas culturas, em relação à criança virgem e à sua capacidade de curar doenças sexualmente transmissíveis. Isso é particularmente atual em muitos países africanos em que a criança virgem é considerada um antídoto para a Aids. [...] O uso de crianças em práticas sexuais também esteve muito presente na China. As crianças eram usadas como escravas ou servas sexuais ou vendidas para prostituição (Sanderson, 2008, p. 08).

Sabendo disso, podemos refletir sobre como o Estado foi negligente sob o olhar do cuidado, fato esse permanente até os dias atuais, tendo em vista os dados atuais de pesquisas sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil. O artigo intitulado “**Exploração sexual ainda é um tabu no Brasil**”, escrito e publicado por **Bruna Ribeiro** em colaboração com a **Rede Peteca** trás o seguinte dado: “Segundo informações do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos em 2018, foram realizadas 1.182 denúncias de Abuso Sexual Infantil por meio do Disque 100¹”.

Os números nos revelam até que ponto uma situação negligenciada pode se prorrogar sem a existência de políticas públicas apropriadas no que se refere, por exemplo, a garantia orçamentária para estados e municípios que ofertam o atendimento e campanhas de prevenção. Todavia, as leis de proteção a esse grupo não são claras e objetivas, mas ainda falhas.

Mesmo com a existência dessas leis que protegem os direitos integrais de crianças e adolescentes, ainda há outros fatores problemáticos como: a carência informativa e o

¹ Canal gratuito de denúncias sobre violações dos Direitos Humanos. Veja mais em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br>.

medo da conversa sobre qualquer tipo de violência, principalmente sexual. O abuso sexual infantil pode ser conceituado como “qualquer interação, contato ou envolvimento da criança em atividades sexuais que ela não compreende, não consente, violando assim as regras sociais e legais da sociedade” (Pires, 1999, p. 61-70).

De acordo com os estudos de Vieira; Melo, Freire; Cruz; Coêlho; Ribamar; Silva; Soares; Costa (2017), a escola e os educadores têm o papel fundamental de esclarecer e contribuir com informações entre o saber e a vida cotidiana, além de promover uma educação integral, social e cultural libertadora. Conforme Pfromm Netto (1987), a educação consiste em:

[...] um conjunto de experiências pessoais, ativas, dinâmicas, mutáveis, por meio das quais o indivíduo seleciona, absorve e incorpora informações, relaciona-as com as que já dispõe em seu repertório e as organiza, expressa ou utiliza para citar novas informações, orientar suas ações, agir junto a outras pessoas ou modificar o ambiente (Pfromm Netto, 1987, p. 06).

Ao compreendermos o sentido educativo da escola e sua importância no direcionamento de ações de proteção às crianças e adolescentes, podemos pensar no ambiente educacional como um espaço repleto de elementos sociais e culturais e neste situam-se também as crenças e as influências populares.

Desse modo, devemos nos voltar para uma prática educativa que modifique e provoque o que se considera natural, a universalidade e as concepções centrais de forma a reafirmar o “caráter construído, movente e plural de todas as posições” (Louro, 2010, p. 51). A ação de educar tem essa finalidade, de causar no outro o interesse e os questionamentos sobre elementos arcaicos socialmente existentes.

Seguindo esse valor do pensar popular, no que se refere ao ensino da sexualidade, Figueiró (2006) diz que trabalhar a sexualidade é um grande desafio tendo em vista os tabus e os conceitos errôneos, fato esse advindo da ausência de diálogo sobre o assunto. Ademais, na coeducação, comunidade-escolar, é comum que a família seja ausente no diálogo sexual, uma vez que se acredita que a escola é mais bem preparada para debater o assunto, sendo necessário questionar até que ponto a escola está preparada para debater sexualidade com a criança? Ela de fato promove a educação sexual infantil?

Em resposta a essas questões, a literatura consultada aponta que a escola é reconhecida como um espaço fundamental para o desenvolvimento intelectual, físico, social e cultural dos indivíduos. A sexualidade, por sua natureza, está presente em todas as etapas do crescimento dos estudantes e é influenciada pela formação que recebem, tanto na família quanto no ambiente escolar, por meio das interações com professores e demais funcionários. Dada a complexidade das relações humanas — que envolvem diferentes valores, culturas, percepções e formas de ver o mundo —, é fundamental que a educação sexual seja orientada por diretrizes claras e conduzida por profissionais preparados, com o objetivo de reduzir conflitos e posturas subjetivas (DESSEN; POLONIA, 2007; GAVA; VILLELA, 2016). Embora existam materiais oficiais que tratam de sexualidade e gênero, pesquisas indicam que muitos professores, que são os principais responsáveis por esse ensino, não têm utilizado esses documentos nem recebido a formação adequada para abordá-los (NARDI; QUARTIERO, 2012; GESSER; OLTRAMARI; PANISSON, 2015).

Acredita-se que os desafios para abordar a educação sexual estão ligados à forma como a sexualidade foi construída historicamente. No Brasil, esse processo teve início sob forte influência de práticas higienistas e da repressão à expressão sexual,

frequentemente associadas a crenças religiosas. Essa abordagem inicial favoreceu valores como a heteronormatividade, o patriarcado e a ideia de que a sexualidade é um tema proibido ou vergonhoso (FIGUEIRÓ, 2010; LOURO, 2008).

A repressão acerca da fala sobre sexo vem dessa conjectura ilógica cultural. Irracional porque estudos comprovam a eficácia da comunicação sobre esse tema para o desenvolvimento auto ciente e preservador da criança.

2. Justificativa

O trabalho justifica-se por apresentar a necessidade de falar sobre o atual cenário dos casos de estupro contra meninos e meninas. A **Fundação Abrinq**, em seu último levantamento de 2022, tornou público um estudo em que constatou a crescente onda de violência contra crianças com um registro de 62.091 denúncias no ano apresentado, representando 73,8%,

“**Aos 20 anos fui compreender que era abusada**”, esse é um trecho da fala de uma vítima de abuso infantil, noticiado em 2023 pelo site jornalístico G1 Paraíba. Este nos apresenta a história de uma mulher, cujo nome não é mencionado, que sofrera violência sexual desde os sete anos de idade pelo vizinho e isso se perdurou por dois anos. Esse fato traz à tona a vulnerabilidade em torno do discurso informativo. Ainda em suas palavras ela diz: “Eu ficava sem entender, morava no interior e educação sexual sempre foi tabu há cerca de 30 anos. Ele sempre fazia isso e dizia que se eu contasse a alguém, ia matar minha mãe.”

Segundo dados da **Organização Mundial da Saúde** (OMS, 2019), 63 em cada 1000 adolescentes brasileiras com idades entre 15 e 19 anos engravidam. Esse cenário se torna ainda mais alarmante quando consideramos que jovens entre 15 e 29 anos representam 23% da população do país, conforme o **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística** (IBGE, 2021). Além disso, adolescentes grávidas entre 10 e 19 anos estão mais propensas a enfrentar complicações como eclâmpsia, infecções generalizadas e endometriose pós-parto (OMS, 2019).

Diante desse contexto e tendo em vista os dados apresentados, percebemos como a educação sexual continua sendo um tema cercado de tabus e que, nas escolas, ainda não é trabalhada de forma sistemática e educativa.

Todavia, é importante salientar que estudos voltados para a educação infantil no âmbito da sexualidade têm demonstrado a relevância desta para o crescimento pessoal em aspectos também emocionais. Estes indicam que: a autoconsciência, o autocontrole, a empatia e a percepção geram no outro a capacidade de comunicação e cooperação em relação às questões emocionais (Anacolema, 1996).

Tendo em vista os benefícios da educação sexual nas escolas; a ausência desta prejudica a formação humana em diferentes aspectos. Segundo os autores: (Heflin e Deblinger, 1996/1999; Saywitz, Mandarino, Berliner e Cohen, 2000), a violência lasciva afeta o desenvolvimento de crianças e adolescentes, e esses podem apresentar-se de forma aparente ou não, assim como atingir o nível emocional, social e psíquico. O abuso lascivo se refere a práticas libidinosas como: apalpar, tocar, beijo não consentido etc. O crime de importunação sexual pela Lei nº 13.718, de 2018 traz no Art. 215 – a, que: “Praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro[..]”.

De acordo com Chauí (1985), a violência não se resume apenas à violação de normas, regulamentos ou leis; ela representa a transformação de uma diferença hierárquica caracterizada pela desigualdade, com objetivos de dominação, exploração e opressão, que se manifestam silenciosamente. Portanto, pensemos esse ato como todo

aquele que viola o direito à liberdade do indivíduo, como sujeito da própria história. De acordo com a análise de Michaud (1989) a respeito deste assunto:

[...] há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais (Michaud, 1989, p. 10).

O autor, pontua que a violência se apresenta por meio de uma interação inter-relacional ou relacional através do uso de poder. No que se refere ao estupro de menores, o ato ocorre de maneira direta, física e intencional. O opressor, comumente, têm influência sobre a vítima através da afetividade. O termo “monstro” é demasiadamente associado a criminosos sexuais. É necessário que se reflita sobre o uso do termo, tendo em vista que ele configura o agressor como um ser ‘maldoso por natureza’ já que os monstros são seres incapazes de discernir a diferença entre o bem e o mau. Historicamente percebemos que, o conceito ‘monstro’ não se limita a figura monstruosa, mas também a um ser fascinante, encantado, duvidoso; desse modo “o monstro é transgressivo, demasiadamente sexual, perversamente erótico, um fora-da-lei” (Cohen, 2000, p. 48).

3. Objetivos

3.1 Objetivo geral:

Analisar a importância da educação sexual infantil na prevenção do abuso, frente ao tabu, a conjectura social e familiar, tecendo considerações a partir de casos que ocorreram e foram registrados na internet com acesso livre e gratuito ao público em geral.

3.1. Objetivos específicos:

- Apresentar a escola como um espaço educativo que busca proteger crianças e adolescentes contra o abuso sexual por meio da educação sexual, destacando sob o olhar teórico de pensadores e estudos centrais, como esse ensino é essencial na formação do sentido de autoproteção.
- Entender como se construiu historicamente o conceito de criança através dos estudos científicos.
- Caracterizar a violência sexual desde a Idade Média até os dias atuais.
- Demonstrar como o tabu interfere na prática educativa e qualidade do discurso sobre violência e abuso sexual.
- Expor a fragilidade infantil frente a leis e meio familiar.

Diante do exposto, considerando os fatores positivos dessa educação, na ausência deste, a criança torna-se mais vulnerável ao abuso. O que não significa dizer que, a educação sexual infantil promovida na escola por si só seria eficaz no combate e superação da violência praticada contra a criança. Como o tabu, acerca do olhar sobre abuso infantil, impede a instituição de desenvolver discursos mais amplos? Por que os PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais tratam a educação sexual infantil como tema

transversal? Por que a autonomia da criança passou por restrições em alguns períodos históricos? Qual o papel da criança no meio social? O que é violência sexual?

A discussão deve ter ênfase nos aspectos sociais e culturais, contudo de forma coletiva e não individual. De modo a promover o discurso abrangente e reflexivo, contempla a sexualidade em seus diferentes aspectos, articulando assim suas dimensões a um processo de ensino que atende às garantias apontadas por Figueiró (2009). É importante os docentes criem meios que possibilitem o surgimento de espaços discursivos e reflexivos (Miranda, 2009), dessa forma auxiliando os alunos a enfrentarem situações conflituosas no sentido de mudanças físicas, psicológicas e comportamentais em seu desenvolvimento (Queiroz; Almeida, 2017).

4. Estrutura do trabalho

O desenvolvimento se dará a partir da narrativa pessoal vinculada a de estudiosos especializados na temática. Ademais, os sujeitos deste projeto são os autores da área de pesquisa em educação infantil e sexual, a família, escola e grupos sociais. O objeto utilizado para a coleta de informações advém de livros, artigos e informações digitais.

A pesquisa está dividida em seis tópicos principais, descritos de forma breve, a saber:

- Educação sexual, apresenta o surgimento dessa pedagogia e como ela é organizada no espaço escolar.
- Transversalidade no currículo, como este se apresenta em seu contexto de intencionalidade e como a educação sexual se situa no currículo.
- Tabu na escola, expõe os sentidos positivos e negativos acerca da concepção social, familiar e educacional da criança e a pureza.
- Sexualidade infantil, estudos sobre a sexualidade e como ela se apresenta nos anos iniciais da criança.
- Violência intrafamiliar, mostra a vulnerabilidade infantil frente a violências físicas e emocionais. E como a criança se revela vulnerável nesse contexto.
- Crimes contra a infância, crimes sexuais infantis ao longo dos tempos, através da narrativa de autores.

A metodologia adotada é a qualitativa em educação através de estudos de casos criminais disponibilizados na internet que sejam de acesso livre e público, em idioma português e que tratem das temáticas investigadas. Neste trabalho foram analisados um total de oito casos, sendo um deles, crime de abuso, cometido contra uma jovem, e denominado por *O caso Araceli* que ocorreu em Vitória do Espírito Santo no ano de 1973 e noticiado pelo site jornalístico G1; a violação corpórea no século XVI; A 'roda dos expostos' como prática de abandono infantil; Escola Sem Partido de 2018; Projeto de Lei do PL 1904/2024 "criança não é mãe, estuprador não é pai"; Grupos religiosos contra a implementação do discurso de gênero no PNE, "Gênero não!" ou "Não à ideologia de gênero!"; Projeto de Lei nº 603/21, do deputado Sanderson (PSL-RS) contra a prática de incesto no Brasil. Os materiais foram coletados a partir de pesquisas no Google, em sites jornalísticos como o G1 e dados estatísticos disponibilizados por fundações como a Abrinq, do legislativo como o Anuário Brasileiro de Segurança Pública do Fórum de Segurança Pública (FBSP), da Organização Mundial da Saúde (OMS) de 2019 em conjunto com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2021.

O estudo de casos se trata de um método preferencial, pois para a análise desse se colocam questões do tipo "como?" ou "por quê?", uma vez que, o pesquisador tem

pouco ou nenhum controle sobre eventos comportamentais além destes serem fenômenos contemporâneos (Yin, 2015). As ocorrências aqui citadas foram estudadas de acordo com as informações disponibilizadas pelas fontes da pesquisa. Numa pesquisa qualitativa é importante que se observe a realidade, pois o interesse maior não recai sobre o que pode ser qualificado, mas sim sobre o que está sendo trabalhado, como as definições, motivações, valores etc. Ademais, “[...] o trabalho de campo de inspiração qualitativa é uma certa aventura pensada sempre em projeto, e que demanda constantes retomadas. Não lida com objetos lapidados nem com a procura de regularidades. (MACEDO, 2004, p.147).

Neste trabalho, a abordagem exploratória se dá por meio da pesquisa bibliográfica de livros, artigos de autores que tem como objeto de estudo a educação sexual infantil e as escolas como atuantes na prevenção ao abuso infantil. Apresenta levantamentos sobre a ocorrência de crimes sexuais com crianças.

5. EDUCAÇÃO SEXUAL

A educação sexual é um processo no qual existe uma intencionalidade, essa deve garantir o conhecimento, reflexões e questionamentos. Ela busca esclarecer questões relacionadas ao sexo, sem preconceitos ou tabus. Sobre esse conceito Figueiró (2009), esclarece que:

[...] a educação sexual tem a ver com o direito de toda pessoa de receber informações sobre o corpo, a sexualidade e o relacionamento sexual e, também, com o direito de ter várias oportunidades para expressar sentimentos, rever seus tabus, aprender, refletir e debater para formar sua própria opinião, seus próprios valores sobre tudo que é ligado ao sexo. No entanto, ensinar sobre sexualidade no espaço da escola não se limita a colocar em prática, estratégias de ensino. Envolve ensinar, através da atitude do educador, que a sexualidade faz parte de cada um de nós e pode ser vivida com alegria, liberdade e responsabilidade. Educar sexualmente é, também, possibilitar ao indivíduo, o direito a vivenciar o prazer (Figueiró, 2009, p. 163).

É importante que essa intervenção seja realizada por profissionais formados na área da educação ou que tenham conhecimento formal sobre a temática. Pois, a aula sobre sexo gera nos alunos(as) uma certa curiosidade, então ela é comumente inesquecível, tanto para o educador quanto para a turma. Por isso se faz necessário haver uma atenção maior sobre como ela é planejada e quem pode direcionar as informações.

As primeiras manifestações educativas surgiram com o crescimento da burguesia no século XVII, quando o conceito de infância começou a se modificar; e a esse público foi atribuído o senso de pureza e inocência. As práticas sexuais dos adultos foram distintas ao universo infantil.

A escola atuou nesse cenário, conforme Vitiello e Conceição (1993) na definição de conceitos:

A partir desses conceitos, foi valorizado um tipo de ‘educação’ que ao mesmo tempo mantinha as crianças (e os adolescentes) desinformados e impunha-lhes um padrão repressor de comportamento, visando-se mantê-las afastadas da curiosidade e dos conhecimentos sobre a sexualidade (Vitiello e Conceição, 1993, p. 47). [Grifo do autor]

Neste sentido, a escola tornou-se um ambiente onde as crianças poderiam ser educadas sem a influência dos adultos, evitando assim o contato com situações de caráter sexual. Nessa época, era comum o uso de meios rigorosos e severos disciplinares como o uso de palmatórias (BRAGA; YASLLE, 2006).

No Brasil, a educação sexual surgiu no início do século XX na Primeira República, influenciada pela necessidade médica-higienista, tendo em vista o aumento das manifestações de DST's (Doenças Sexualmente Transmissíveis) que ocorreu no século anterior. Foi com base em estudos estrangeiros, médicos sanitaristas, psiquiatras e juristas brasileiros, que a ideia de uma educação voltada para a sexualidade foi aceita e a escola definida como um espaço propício (Cruz; Silva; Santos, 2020).

As primeiras tentativas do ensino ocorreram entre 1920 e 1930, no Colégio Batista do Rio de Janeiro. As intervenções foram realizadas com médicos e professores que perceberam sua importância, principalmente para o público feminino (Figueiró, 1998 *apud* Bueno, Ribeiro, 2018).

Contudo, ela só fora reconhecida oficialmente, após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96, e os PCN's (Ribeiro, Monteiro, 2019). Essa LDB traz no Art. 2º que "a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania" [...]. O Art. 3º traz os princípios nos quais o ensino deverá se basear, dentre eles, o "respeito à liberdade e apreço à tolerância" (BRASIL, 1996, p. 1).

É importante pontuar que, apesar da implementação formal do ensino a sexualidade nos documentos oficiais escolares, o desenvolvimento em sala de aula ainda era individual e isso se estende até os dias atuais. Percebe-se que nesse documento e em outros oficiais, a sexualidade se apresenta de modo ofuscada.

Cabe destacar que, a escola precisa juntamente com os pais e os professores promover o desenvolvimento integral do aluno, sendo o diálogo, de acordo em Moizés e Bueno (2010) é a principal ferramenta:

O diálogo é a ferramenta básica no processo de educar para a sexualidade. Há crianças e adolescentes que perguntam muito, outras nada interrogam e outras, ainda, precisam de um ambiente encorajador para levantar questões. Todos devem ser considerados, são seres sexuais, portanto, devem ter acesso a material informativo sobre a sexualidade e dispor de bibliografia adequada à idade em que se encontram. O diálogo é o exercício natural para o desenvolvimento da relação adulta, para o encontro entre as pessoas. A escola precisa reassumir o trabalho de educação sexual, mas não para repreendê-la, e sim para mudar visões distorcidas ou negadas da sexualidade, sem, contudo, substituir a família, porque a criação não chega às escolas sem ideias, mas já com diversas inscrições acerca do sexo (Moizés e Bueno, 2010, p. 206).

Nesse contexto as instituições de ensino tornam-se indispensáveis para formulação e prática do discurso sobre a sexualidade, compreendendo que ela é um espaço de manifestações e desenvolvimento pessoal. Conforme Nunes e Silva (2006), o ensino sobre a sexualidade deve ser pensado sob o contexto social e cultural infantil, a sexualidade também precisa ser tratada de acordo com a necessidade de conhecimento da criança.

Portanto, é essencial a formação docente nessa área. Isso possibilita a reflexão e a quebra de paradigmas e ideias preconceituosas que no contexto atual tem contribuído para a sexualização corpórea.

[...] a educação sexual na escola deve ser um processo intencional, planejado e organizado que vise proporcionar ao aluno uma formação que envolva conhecimento, reflexão e questionamento; mudança de atitudes, concepções e valores; produção e desenvolvimento de uma cidadania ativa; e instrumentalização para o combate à homofobia e à discriminação de gênero (Maia, 2011, p. 77).

Observando as discussões cotidianas em torno do tema, notamos que estas são restritas e análogas, geralmente as perguntas consistem em: “de onde vêm os bebês?” “Como os bebês nascem?” “Por que a menina não tem pênis?” “Como o bebê entra na barriga da mãe?”. Na tentativa de trabalhar o tema na escola, é comum que haja uma limitação de ideias, ou seja, é pensado apenas no sistema reprodutivo e nas DSTs (Doenças Sexualmente Transmissíveis), isso de maneira isolada e em palestras por profissionais da área de saúde. Entretanto, a prática ainda se apresenta ineficiente tendo em vista a falta de esclarecimento dos/as educandos/as a respeito do tema. (GAGLIOTTO; LEMBECK, 2011)

Conforme os estudos de Ribeiro (1990), Santos e Bruns (2000), Castro e Silva (2002) e Figueiró (2006), a escola deve construir ambientes de discussão relacionados à sexualidade. A diversidade de opiniões é essencial para o enriquecimento da aprendizagem e o esclarecimento acerca do assunto. Segundo os pesquisadores mencionados, a sexualidade precisa ser pensada de maneira crítica de modo a promover a liberdade de expressão, pensamentos e opiniões.

A escola é um espaço de expressão, então se ela não possibilita o desenvolvimento do diálogo numa perspectiva abrangente, os resultados desejados não serão alcançados. Ademais, com base nas reflexões de Cação (2012), em relação ao papel da escola como transformadora da realidade, ela não deve se restringir apenas aos conteúdos formais. É fundamental o desenvolvimento do pensar crítico e consciente do indivíduo.

A sexualidade pode ser vista como algo que se desenvolve ao longo da vida das pessoas, sendo moldada por experiências, aprendizados e contextos sociais e culturais (LOURO, 2008). Ela está relacionada ao bem-estar e ao prazer. O aprendizado sobre sexualidade começa de forma espontânea nas interações com o ambiente, principalmente no convívio familiar. Mais tarde, esse processo também acontece de maneira estruturada, por meio da educação formal em escolas e outras instituições sociais (FIGUEIRÓ, 2010; FURLANI, 2011a).

6. SEXUALIDADE INFANTIL

A sexualidade é significativa e compreendemos esta como uma condição normal do ser humano. A mesma deve ser compreendida em todo seu sentido seja essa como uma pauta ou área de conhecimento. Segundo Freud (2006) e Costa (2021), a sexualidade está presente em nossas vidas desde o nascimento até a morte, porém o diálogo ainda é pouco discutido no cenário atual, tanto em escolas como casas e isso é contínuo até a adolescência. Isso a torna um fator de inconsciência no futuro, no que se refere à escolha sexual.

De acordo com Chauí (1984), até meados do século XIX, a sexualidade era discutida apenas por moralistas, teólogos etc. Então passaram a existir discussões e preocupações do meio científico e médico. Nunes (1987), aponta que para um período de grande repressão, a temática foi precursora na transformação do campo da sexualidade, no meio científico, assim como na medicina.

A temática no âmbito infantil sofreu variações ideológicas, temporais e sociais. Como já foi citado neste trabalho, as brincadeiras sexuais entre crianças e adultos eram comuns no século XVI. Esse cenário se modifica com a influência da igreja católica e o início de estudos sobre conscientização moral.

Sigmund Freud foi um dos principais estudiosos acerca da sexualidade infantil. A publicação de “Os Três Ensaio” em 1905, trouxe para a época e dias atuais a concepção de que a sexualidade se desenvolve como uma função biológica, presente como algo mais que pulsional, é simplesmente natural, como saciar a fome, por exemplo.

Para compreendermos a sexualidade da criança, primeiro é necessário o entendimento do que é pulsão. Para Freud, ela é um conceito-limite entre o psíquico e o somático, ou seja, no psíquico são os estímulos corporais já existentes e o somático são os novos estímulos provenientes dos já existentes.

No bebê, as pulsões parciais podem ser observadas no ato de chupetar (sugar), práticas masturbadoras e erotismo anal. A masturbação se refere a um processo biológico natural onde ocorre o desenvolvimento da parte externa do aparelho urogenital. E a estimulação anal se dá pela secreção e excremento de urina e fezes. A partir dessas funções surge o gozo, porém diferente da função sexual. Essa é uma característica natural do ser humano.

Além deste, o autoerotismo se refere ao desejo e amor pelo objeto, ainda nessa faixa de idade, se apresenta no ato de sugar da amamentação e o amor pela mãe que amamenta. A criança encontra seu objeto através do toque íntimo corporal nas zonas erógenas como boca e mão.

O corpo infantil é uma inesgotável fonte de sexualidade e prazer, à medida que a criança vai experimentando e descobrindo o mundo. Qualquer parte do corpo pode se transformar em uma zona erógena, como áreas da pele ou mucosas que, quando estimuladas de determinadas formas, provocam sensações prazerosas.

O estudo citado acima, mostra que a criança não é um indivíduo assexual. E que as ideias preconceituosas sobre um ser puro e imaculado são infundadas. Ademais a sexualidade nesse contexto não se refere a atividade genital mais as funções perverso-polimorfa e autoerótica. Para compreendermos melhor o pensamento de Freud acerca do que é considerado sexual, Kupfer (2007), justifica:

Em seu pensamento, sexual não se confunde com genital. A sexualidade genital refere-se precisamente à cópula com o objetivo de procriar ou de obter prazer orgástico. Mas a sexualidade é mais ampla que a sexualidade genital. Inclui as preliminares do ato sexual, as perversões, as experiências sexuais da criança vividas em relação ao seu próprio corpo ou em contato com o corpo da mãe (Kupfer, 2007, p. 39).

Como já foi dito, quando o psicanalista Sigmund Freud apresentou a criança como um ser que possuía sexualidade em 1905, o que causou impacto no público da época. Contudo, suas análises desse meio são centradas no desenvolvimento humano. E mesmo com a repressão da época que ainda parece ser atual, ele defendeu sua ideia de que está se inicia na infância. Seus estudos são, até os dias atuais, essenciais para o entendimento da criança e seu amadurecimento sensível e psicoafetivo.

7. TRANSVERSALIDADE NO CURRÍCULO

A educação sexual nas escolas é um tema transversal. E por ser oblíquo, os assuntos são muitas vezes tratados de forma superficial, sem fundamentação e até errôneas. Os PCNs de 1997, propõem que a temática seja abordada de acordo com a necessidade da turma. Isso garante ao professor(a) autonomia no desenvolvimento do discurso.

Temas transversais são um conjunto de conteúdos educativos e eixos condutores da atividade escolar que, não estando ligados a nenhuma matéria particular, pode se considerar que são comuns a todos, de forma que, mais do que criar novas disciplinas, acha-se conveniente que seu tratamento seja transversal num currículo global da escola” (Yus, 1998, p. 17).

Os PCNs, sugerem ainda uma pedagogia livre sobre a orientação sexual nas escolas. Todavia, não há um direcionamento exato de como abordar tal assunto e como já foi dito, a falta de informação permite a propagação de informações incorretas. Figueiró (1995) defende uma padronização científica didática da pauta, de modo que ela não seja um tema apenas de orientação, mas que adote objetivos propostos e alcance resultados. “O discurso dos PCNs sobre sexualidade é o discurso da biologia, não é o discurso da pedagogia, do pedagogo, do educador” (Gouvêia; Barbosa, 2007, p. 17).

Conforme Braga (2006), em 1994, teve início a elaboração da primeira versão dos PCNs, para a construção desse documento oficial, o MEC contou com a ajuda de pesquisadores brasileiros e representantes de outros países que visavam mudanças nas estruturas educacionais. Após isso, a Fundação Carlos Chagas avaliou propostas de diversos estados do Brasil que poderiam servir como base para a criação do texto, desenvolvido posteriormente durante a gestão do ex-presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso. No ano de 1995, professores da educação básica redigiram a primeira versão do documento que surgiria no mesmo ano.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), apresenta o campo de experiência: “O corpo, gestos e movimentos”, porém nesta a sexualidade e gênero são questões ofuscadas.

A base deveria garantir o respeito à identidade de gênero, a sexualidade, à diversidade, da mesma forma como ela propõe o respeito à várias culturas, à construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva. Portanto, quando a mesma desconsidera tal fato, parece estar em direção contrária ao que sugere (Monteiro; Castro; Herneck, 2018, p. 209).

A educação sexual é comumente depreciada no âmbito educacional, de modo que no currículo do curso de Pedagogia seja este também trivial. Ou seja, é apresentado de modo secundário e até desnecessário e isso fortifica a ideia de que a execução da temática em sala de aula não é função do docente (Leão; Ribeiro, 2014).

O professor deve então entrar em contato com questões teóricas, leituras e discussões sobre as temáticas específicas de sexualidade e suas

diferentes abordagens; preparar-se para a intervenção prática junto dos alunos e ter acesso a um espaço grupal de supervisão dessa prática, o qual deve ocorrer de forma continuada e sistemática[...] (PCNs, 1997 p. 44).

Quando a educação sexual não é vista no âmbito de formação, como essencial dentro de sua esfera sociocultural, ela deixa de ser transformadora em seu objetivo de ensino, que é garantir à criança e adolescente o conhecimento sobre se, seja ele emocional ou corporal, como também a autoproteção. Porque ela possibilita a compreensão e identificação de qualquer forma de abuso.

Ademais, no PNE (Plano Nacional de Educação) a inclusão da sexualidade no plano sofreu opressões, principalmente do público religioso, isso acabou promovendo a modificação em seu campo político normativo. Fica notório assim a dificuldade de promover a temática na educação tendo em vista os paradigmas existentes.

Dando continuidade a esse ponto, segundo Nunes (2015), grupos religiosos e conservadores foram responsáveis pela mudança no currículo. Estavam presentes ativistas na sessão da **Comissão especial do PNE**, eles eram contra à inclusão de gênero e dos direitos LGBT, da Câmara dos Deputados”. Alguns diziam: “**Gênero não!**” ou “**Não à ideologia de gênero!**” (Nunes, 2015, p. 1243).

Todavia, as PCNs de 1997, destacam a importância de trazê-lo para as salas de aula. É comumente proposto que se inclua o assunto noutras áreas do conhecimento, e estas devem proporcionar ações críticas e reflexivas. Paulo Freire, um dos principais teóricos da área da educação, em sua obra *Pedagogia Libertadora* de 1980, tratou dessa didactologia essencial na formação de professores(as), além dos assuntos que giravam em torno da garantia do desenvolvimento integral da criança. De acordo com Figueiró (2000):

Uma coisa fica clara: se não fossem os problemas que a vivência da sexualidade traz para a sociedade, ela não estaria entrando agora no currículo escolar. Ter sido incluída por esse critério pode interferir no sentido, para o professor, do ensino das questões da sexualidade (Figueiró, 2000, p.9).

A educação sexual é de extrema importância não apenas para o desenvolvimento crítico dos estudantes, mas também como ferramenta de reflexão sobre sua presença constante nos diversos espaços sociais, inclusive no ambiente escolar. A sexualidade manifesta-se de forma explícita ou implícita em elementos do cotidiano escolar, como desenhos nos banheiros, mensagens íntimas em portas, paredes e livros, além do uso das tecnologias e meios de comunicação, como celulares, redes sociais e e-mails. Nesse contexto, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) reconhecem essa presença e propõem uma abordagem transversal, crítica e ética da sexualidade, integrando-a ao processo formativo de maneira ampla e interdisciplinar. Em contraste, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), embora traga a sexualidade de forma pontual nas áreas de Ciências e Educação Física, trata o tema de maneira mais restrita e fragmentada, deixando de contemplar plenamente sua complexidade e onipresença nas vivências escolares e sociais.

8. TABU NA ESCOLA

A escola como um espaço produtor de conhecimento, é nesse cenário uma influência que desmistifica a ideia originária do tabu acerca da educação sexual infantil. O discurso sobre a escolaridade obrigatória e a importância dela para o desenvolvimento social, se inicia no século XVIII e XIX na Europa. “Nesse momento, a criança passou a ser o centro do interesse educativo dos adultos: começou a ser vista como sujeito de necessidades e objeto de expectativas e cuidados” (Oliveira, 2011, p. 62).

Durante décadas a “orientação sexual” esteve presente nos currículos escolares como tema transversal. Esta só foi incorporada aos PCNs em 1997. A partir da sua inserção não apenas no currículo mais também em projetos de formação docente, foram abordadas temáticas que se referiam ao sexismo e o estudo da diversidade de gênero em seu estatuto curricular de “tema transversal” (Altmann, 2001; Vianna, 2012; Madureira; Branco, 2015).

Nesse sentido, podemos observar a presença de estereótipos sociais que limitam a educação sexual apenas ao ato de reprodução. Foucault (1997), discorre que desde a época vitoriana a sexualidade era restrita apenas ao quarto dos casais, dessa forma seu único sentido era a procriação, se surgisse outra ideia fora está o indivíduo sofreria sanções.

Portanto, mesmo frente aos estudos atuais que demonstram a existência da sexualidade dos anos iniciais ao fim da vida, ela ainda é um tabu. Ela se apresenta como um fator de proibição uma vez que há o pensamento comum de que esse diálogo com crianças as deixa sujeitas a indução a prática sexual precoce. No campo educacional, esse pensamento foi refutado por Jean Gerson (séc. XV) que iniciou os estudos sobre a sexualidade na infância.

Os estudos de Gerson tiveram início com o intuito de gerar na criança do século XV o sentimento de culpa. Vale destacar que, as brincadeiras entre adultos e crianças eram comumente de cunho sexual, isso porque não existia a concepção de infância e ela era vista como um adulto em miniatura.

Acerca do tabu na escola, podemos pensar nesta em num contexto de repressão sexual; segundo a autora Chauí (1984):

A repressão sexual pode ser considerada como um conjunto de interdições, permissões, normas, valores, regras estabelecidos histórica e culturalmente para controlar o exercício da sexualidade, pois, como inúmeras expressões sugerem, o sexo é encarado por diferentes sociedades (e particularmente pela nossa) como uma torrente impetuosa e cheia de perigos — estar ‘perdido de amor’, ‘cair de amores’, ser ‘fulminado pela paixão’, beber o ‘filtro de amor’, receber as ‘flechas do amor’, ‘morrer de amor’ (CHAUÍ, 1984, p. 9). [Grifos do autor]

A repressão nesse contexto é a vergonha de se falar abertamente sobre sexo. Os docentes se veem aturdidos nesse diálogo. Ocorre também o medo de dissertar algo que gere uma erotização precoce que se junta muitas das vezes ao despreparado de ensino a respeito da temática (Kawata; Nakaia; Figueiró, 2010; Mais; Spaziani, 2010; Maia et al., 2011; Ribeiro, 2009; Silva, 2007).

A sexualidade deve ser desenvolvida no ambiente educacional de forma clara, objetiva e natural. De modo que os alunos não se sintam constrangidos em falar do tema. As pautas devem ser expostas de forma espontânea, acompanhada por conduta moral pedagógica, com o intuito de atender as necessidades de cada aluno sobre o tema.

Educação sexual como um tabu, é considerada um tema polêmico, que causa constrangimento, então isso torna a prática docente mais desafiadora. Esses comportamentos se justificam, segundo Oliveira, Resende e Gonçalves (2018), porque o discurso da temática tem forte influência cultural e está ainda atrelada a mitos, pensamentos preconceituosos e concepções errôneas.

Dessa forma, os valores preconceituosos podem se tornarem indissociáveis no discurso desse tema. Cabe ao profissional da educação compreender sua fragilidade educativa, de modo a garantir que essa ideia não seja perpassada. Nunes e Silva (2000) relatam que “ainda não temos oportunidades institucionais suficientes e condições materiais efetivas para preparar os professores que irão assumir os trabalhos escolares em sexualidade humana” (p. 14).

Diante disso, a escola pode ser vista como um espaço fértil educativo, onde podem se desconstruir as concepções em relação à educação sexual. Sobre essa influência Kurpel, Gagliotto, Couss (2017), afirmam:

É na escola, que o professor pode desenvolver ações que visem desmistificar tabus quebrando paradigmas e trazendo novas perspectivas e formas de pensamento que através de reflexões podem auxiliar na desconstrução e ressignificação das novas ideias (KURPEL; GAGLIOTTO; COUSS, 2017, p.07).

Sendo assim, é importante que haja uma reflexão própria acerca da experiência com a educação sexual, uma vez que a forma com que se lida com ela no pessoal, será comumente a maneira será abordada em sala. (Chauí *et al.*, 1981; Kawata; Nakaia; Figueiró, 2010; Maia *et al.*, 2011).

É válido destacar que, no meio familiar e social se vincula o tema como uma consequência à prática sexual precoce e a erotização do corpo infantil. A intimidade é vista como um componente faltante em instituições de ensino. Ele é concebido em torno da publicidade em sala de aula de modo que o social e a coletividade se tornem um só, dessa forma a dualidade não se torna presente (Pinto, 1997). Sobre a família, nesse espaço de pensamento retrógrado, Meireles (1997) diz:

A família como sistema humano é composta por pessoas que possuem potenciais e possibilidades à espera de realização (...) criam a própria vida com base em crenças que são produto da síntese e redefinição do passado com a antevisão consciente e inconsciente do futuro (Meireles, 1997, p. 84).

A reflexão familiar sobre a proteção da ingenuidade da criança está atrelada ao que Kramer (2006), traz sobre a concepção moderna de infância. Essa ideia nos apresenta sua objetividade do cuidar da criança de modo que ela não seja corrompida ou sua inocência e por outro lado há a necessidade de que ela desenvolva sua criticidade racional. A criança precisa desenvolver a auto criticidade para que ela consiga identificar um ato de violência, até mesmo entre parentes.

Diante disso e em análise ao que foi apresentado, o tabu pode ser superado com o apoio principalmente familiar, ela que é fundamental no processo. É essencial que os pais tenham esse diálogo com os filhos, uma vez que a ausência dele pode ocasionar transtornos de identidade e sexual na vida adulta. Ademais, a conversa com os

responsáveis garante que a criança ou adolescente procure outros meios para obter as informações. Essas que se encontram em sites proibidos, redes sociais e em comunidade.

9. VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR

A violência intrafamiliar se configura como todo ato de abuso praticado entre parentes do mesmo núcleo familiar e pode ocorrer dentro ou fora do ambiente de convívio. Ela pode ser física, psicológica e sexual.

A violência física ocorre por uso das mãos ou instrumentos. A psicológica é sutil, pouco perceptível, porém muito prejudicial à vítima uma vez que ela desenvolve medos, inseguranças e crenças irracionais, isso causa prejuízos ao seu desenvolvimento social e pessoal. É importante citar também que por ser mental não há marcas, isso torna mais difícil a identificação e seu combate; mulheres, crianças e adolescentes são as principais vítimas (CAPONI, 2007). O crime sexual se dá por coerção ou tentativa sexual não consensual, como: toques nas partes íntimas, coagir ao tocar órgãos genitais, exposição a conteúdo pornográfico, dentre outros.

O ato de abuso intrafamiliar expressa dinâmicas de poder. Nesse sentido os pais possuem soberania sobre os filhos e isso torna a criança vulnerável. Contudo, a esfera da violência não se configura em apenas um único aspecto ou causa. A vítima, aqui a criança, possui relação de afetividade com o abusador. Também podemos citar a vulnerabilidade econômica, social e simbólica. Esses aspectos geram na infância o medo de falar.

Ademais, como já foi dito, os atos de violência são comumente mantidos em segredo nas relações familiares abusivas, isso se reflete atualmente como uma herança cultural e religiosa tendo em vista que os pais têm sobre os filhos esse poder ilimitado sem a interferência de outros. Para a compreensão da organização do espaço familiar e os abusos, é necessário compreender a diferença entre a violência intrafamiliar e a doméstica; Araújo (2002) às define da seguinte forma:

Violência intrafamiliar designa a violência que ocorre na família, envolvendo parentes que vivendo ou não sob o mesmo teto, embora a probabilidade de ocorrência seja maior entre parentes que convivem cotidianamente no mesmo domicílio. A violência doméstica, por sua vez, não se limita à família. Envolve todas as pessoas que convivem no mesmo espaço doméstico, vinculadas ou não por laços de parentescos (Araújo, 2002, s/p).

Sendo assim, para entendermos esse contexto de violência que se configura no seio familiar, é necessário compreender que historicamente a criança sempre esteve sob o poder absoluto dos pais e isso se revela numa herança cultural e religiosa, existente até os dias atuais. Ademais, não se podia falar sobre esses assuntos principalmente porque a criança estava abaixo da soberania do adulto. Esse fator possibilitou a ocorrência atos violentos como: infanticídio, incesto, negligência, abandono etc.

A violação corpórea se inicia, segundo Nunes Silva (2006), nos séculos XVI e início do século XVII, quando a criança européia vivia sua liberdade de expressão a sexualidade, de modo que ela não sofria repressão em seu tocante; ao contrário era gratificada. Era comum, nesse período, que os pais mostrassem os órgãos genitais dos seus filhos aos parentes, visitantes e vizinhos. Na família medieval a criança de sete anos vivia impune de regras morais e compromissos sociais. Durante o século XVII, os adultos

praticavam o ato sexual na frente das crianças, além de expô-las a diálogos grosseiros e brigas. Nas brincadeiras da época também era permitido toques corporais e genitais.

O discurso sobre essa pauta do direito integral e informativo da criança é de suma importância, tendo em vista que na maioria ocorre entre conviventes. Sobre essa situação, o **Anuário Brasileiro de Segurança Pública** de 2022, escrito pela advogada, professora da PUC-SP e diretora presidente do Instituto Liberta, Luciana Temer trouxe o seguinte dado:

O local da violência também permanece o mesmo: 76,5% dos estupros acontecem dentro de casa. Aqui chamo a atenção para algo que temos defendido constantemente, que é a escola como elemento estratégico fundamental para o enfrentamento do estupro de vulnerável. Isso nos parece muito claro diante da informação que essa violência é preponderantemente intrafamiliar e ocorre dentro de casa” (Temer, 2022, p. 4).

Dessa forma, Araújo (2002), denomina o incesto como uma violência intrafamiliar que ocorre entre parentes que vivem juntos ou não na mesma moradia. Todavia a maior possibilidade de abuso é com aqueles que moram em conjunto. Essa violência consiste no ato sexual entre familiares e esse pode ser consensual ou não. É importante salientar que o incesto no Brasil não é considerado um crime, pois entende-se como um ato imoral inerme, pois não há a ação de danos físicos.

Nesse contexto, citamos o **Projeto de Lei nº 603/21**, do deputado Sanderson (PSL-RS) que está sob análise, que criminaliza essa prática de modo que parentes consanguíneos sejam inibidos de ter relação sexual entre si. Vale destacar que, essa condição é pertinente ao passado, onde a proibição do incesto se deu apenas devido a necessidade de interação entre grupos dessemelhantes. Ou seja, socialmente a relação amorosa entre parentes não era considerada imoral. Vale destacar que, o incesto era considerado na antiguidade como uma forma natural de interação e construção familiar, de modo que a relação era permitida entre consanguíneos.

Diante dessa conjectura, a autora Beatrice Marinho Paulo (2006) traz o seguinte exposto sobre incesto:

Tratando do tabu do incesto, ele coloca a exogamias como fruto da necessidade de integração entre as unidades parciais no seio do grupo total. Para ele, longe ter uma causa moral ou eugênica, a proibição do incesto foi estipulada por ressaltar em um benefício social, uma vez que estimularia uma maior coesão, uma solidariedade mais eficiente, e uma articulação mais elástica entre as pessoas do grupo, criando, ao lado dos vínculos naturais, outros laços mais ou menos permanentes, derivados do matrimônio, o que contribuía para garantir a existência do grupo como grupo (Paulo, 2006, p. 17).

Posto isso, refletimos sobre a realidade que vivemos e como podemos combater quadros de abuso intrafamiliar se não há uma lei vigente que proíba o ato. É um fator preocupante tendo em vista que o casamento entre pais e filhas tem se tornado um agravante social. Situações como essa, são resultantes na maioria das vezes, do estupro que gera uma possível gravidez.

A frase **“criança não é mãe, estuprador não é pai”**, foi dotada em 2024 em oposição ao **Projeto de Lei (PL) 1904/2024**, também denominada: “PL da Gravidez

Infantil”, onde o aborto é legal até as 22 semanas de gestação, após esse período o ato se configura como crime de homicídio; mesmo que este seja resultante de uma violência sexual. Fica claro, desse modo, a vulnerabilidade do público infantil perante as leis governamentais que deveriam assegurar seus direitos e prezar por sua proteção. Mais uma vez, o adulto é posto como um indivíduo supremo. Outro exemplo recente desse descaso, foi a criação do projeto educacional em 2018, chamado: “**Escola Sem Partido**”, que proibia a oferta de disciplinas com qualquer conteúdo sobre gênero e orientação sexual.

Frente a isso, vale salientar que, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, apresentava um compromisso nacional com a liberdade, igualdade e proteção dos direitos humanos, de todo cidadão do seu país. Tendo em vista os pontos citados acima, percebemos que apesar de haver uma garantia sobre crianças e adolescentes como sujeitos de direito, a aplicação deste no meio social se situa diferente da realidade. No Brasil, o termo “sujeito de direito” é utilizado para representar as crianças e adolescentes na esfera legal, que conseguiram seus direitos, após serem desfavorecidos no passado e meio que viviam.

Portanto, a educação sexual se situa nesse meio como uma garantia informativa, protetiva, libertária, além de promover discussões sobre gênero e identidade. É importante frisar que o discurso não deve ser confundido com doutrinas morais e ideológicas, mas sim com a promoção do desenvolvimento de uma cidadania ativa e plena. A capacidade de ponderar sobre a sexualidade e suas variadas manifestações pode permitir que educadores se tornem catalisadores de transformação em seus ambientes de trabalho (NARDI; QUARTIERO, 2012).

10. CRIMES CONTRA A INFÂNCIA

Como já foi dito, a criança passa a ser vista e estudada quando surge o conceito de inocência vinculada a ela. Nesse período são preservados a pureza e o desenvolvimento infantil (Åries, 1986). A infância pode ser interpretada de forma genérica assim como as outras fases da vida, isso porque ela segue transformações sociais, pois toda sociedade é composta por diferentes classes de idade, status e papéis sociais (FROTA, 2007).

Nesse sentido, a violência contra a infância se situa na esfera histórica como um resultado correlativo ao tempo. Na antiguidade, existia a ideia de que a criança nascia para atender as necessidades dos adultos, contudo aquelas que nasciam com má formação eram vistas como o resultado de algum pecado e futuramente culpadas por quaisquer desgraças familiares.

Sanderson Chistiane, em seu livro *Abuso Sexual em Crianças* de 2008, traz definições e análises sobre os abusos infantis sofridos ao longo do tempo. No que se refere a exclusão dos bebês com má formação, ele define como: **modo infanticídio**. O que também se relaciona ao **modo abandono**, que era a prática de abandono aqui já explicada sobre a ‘roda dos expostos’, do século XV ao século XIII. No século XIV, os pais já eram mais ligados de modo emocional aos filhos, contudo ainda existia o senso de supremacia (poder do adulto), então os menores ainda sofriam violência física, denominado **modo ambivalência**.

No **modo instrução**, a família ainda tenta exercer poder sobre os filhos, controlando seu comportamento por meio de ameaças e castigos. Pensando a concepção de ‘infância’ do século XX ao atual, a ideia de cuidado tem sofrido mudanças, o **modo ajuda**, se refere aos saberes primordiais que a criança precisa saber, além do suprimento de suas necessidades. No entanto, ainda há o poder soberano dos adultos sobre os filhos

porque o compartilhamento dessas informações ainda é uma decisão particular. Assim como o discurso sexual que é tema deste trabalho.

O abandono infantil, na época medieval, era algo “comum”. As “rodas dos expostos” foram instituições inventadas na Europa com objetivo de garantir o anonimato ou a exposição dos pais que não desejavam seus filhos. O nome ‘roda’ se refere ao dispositivo, presente nessas instituições, que possuía uma forma cilíndrica, dividida ao meio, fixada na janela ou no muro. Nesse tabuleiro havia uma abertura externa feita em paredes, onde as crianças eram colocadas; e ao girar a roda o recém-nascido ficava do outro lado da construção. Em seguida, se tocava uma sineta para avisar que bebê fora abandonado (Marcilio, 2001).

Ademais, não podemos falar sobre a violência infantil sem citar a presença da igreja e da família na permissão desta, num período em que não existia a noção de cuidado. Rangel (2009), em análise ao Antigo Testamento, encontra algumas passagens que mostram que para os hebreus, a vida da criança tinha menos valor que a do adulto e que este último tinha poder sobre a criança, vale destacar que era um tempo em que o povo passava por sérias dificuldades, então como alternativa para saciar a fome se comia os próprios filhos.

O rei de Israel estava passando em cima de uma muralha, e uma mulher gritou-lhe: ‘socorro, meu senhor, ó rei’ Ele respondeu: ‘Se Javé não socorre você, onde vou achar auxílio para salvá-la: na eira ou lagar?’ Em seguida, o rei perguntou: ‘o que você quer?’ Ela respondeu: ‘Esta mulher aqui me disse: ‘Traga seu filho para nós o comermos hoje. Amanhã vamos comer o meu’ (II REIS 6, 26-29).

Os conceitos religiosos vinculados à cultura fortalecem o sentido do adulto como um ser supremo, o que sugere nessa análise que este possui poder até mesmo sobre a vida. Além disso, a família também é resultado dessa herança cultural de uma realidade de violências abusivas mantidas em segredo, passadas de geração em geração.

Segundo Strey (2004) toda ação que tenha como objetivo a própria satisfação em detrimento de outro indivíduo é considerada uma violência. Nesse meio, os crimes sexuais se adequam perfeitamente à definição, uma vez que a vítima é manipulada e submissa ao executor.

A criança que sofre abuso sexual, conforme Gabel (1997) apresenta dificuldades psicoafetivas e sexual. A violência íntima que ocorre no ambiente familiar ou com pessoas próximas é silenciada. E esse silenciamento gera manifestações verbais e não verbais. O autor cita como manifestação: estresse, agitação, amnésia afetiva, regressões psíquicas e psicossomáticas.

O segredo diante desses quadros de abuso, estão relacionados ao sentimento de culpa. De modo que a vítima se vê como aquela que seduziu e suas ações geraram a consequência do ato, nesse caso no autor. De acordo com Dobke (2001) a sensação de culpa é o principal fator psicológico do abuso sexual infantil. Nesse se situa o segredo, seguido pela negação e dissociação.

A negação está relacionada à distorção da realidade, ou seja, a vítima se nega a aceitar o ocorrido como um abuso. E a dissociação é a ação de dividir os sentimentos do fato, nesse caso o estupro, então ela continua vivendo como se nada tivesse ocorrido. A criança constrói a ideia de que ela não é amada e aceita isso. Que sua existência está atrelada a atender a necessidade do outro, nesse sentido, o adulto. Sobre esse sentido Carneiro e Cabral (2010) dizem:

A falta de controle e a inabilidade da criança para compreender claramente o que está acontecendo, frequentemente intensificado pelo comportamento de negação do agressor da sua contribuição nos eventos, levariam particularmente a uma dificuldade da criança não somente em manter algum nível de realidade, mas, também, em estabelecer uma clara diferenciação entre o corpo e o do seu abusador. Nas fantasias da criança, o corpo poderia tornar-se o local das mudanças aterrorizantes e misteriosas, estas gerando ansiedade (Carneiro e Cabral, 2010, s/p).

É nesse ponto que vemos o quanto a criança se enxerga vulnerável diante da vida. A escola em conjunto sociedade precisa desenvolver nesse grupo o sentimento de segurança e proteção. A educação sexual precisa ter voz para que aqueles que sofrem violência também a tenham.

O Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes foi instituído pela Lei nº 9.970, em 17 de maio de 2000. Essa data foi dedicada à memória do caso Araceli. O caso aconteceu em Vitória do Espírito Santo em 1973. Araceli foi raptada, estuprada, morta e teve o corpo carbonizado. Durante o processo judicial houve a tentativa de incriminação de inocentes como uma forma de proteger os acusados, esses que eram de famílias influentes no país. Outro fato curioso foi a sexualização do corpo da vítima por parte das testemunhas. Esse foi analisado pela autora do livro **O caso Araceli**, Katilaine Chagas que em entrevista ao jornal G1 do Espírito Santo em 2018, relatou: "são menções à suposta 'robustez' do corpo dela, com menções às pernas dela, várias referências no inquérito sobre ela ter pernas muito desenvolvidas. Só que Araceli tinha 8 anos". [Grifos do original]

Quando pensamos em educação, refletimos sobre o que Paulo Freire denomina como 'educação libertária', está que reconhece o aluno como um sujeito autônomo e capaz de tomar decisões sobre o que deseja ou não aprender. Então se um dos maiores pensadores sobre a educação no Brasil defende essa ideia, a educação sexual deveria ser condizente com a liberdade por ela proposta. Ou seja, o absolutismo do adulto não deveria tirar do infante seu direito de reconhecer-se, se auto proteger e acima de tudo de dificultar que casos como o de Araceli e outros aqui citados continuem acontecendo.

11. CONCLUSÃO

A partir do estudo pode-se concluir que, a educação sexual infantil teve uma configuração histórica, social e cultural que possibilita entender atualmente a fragilidade na formação acadêmica, governamental e familiar. Neste sentido, o tabu construído ao longo do tempo permite a continuação de erros do passado que ainda não foram superados. Nas leituras, nos deparamos com a história de um grupo que teve sua autonomia usurpada pelo poder daqueles que se configuraram, em seu espaço e tempo, como seres supremos, neste caso, o adulto.

Convém destacar que esse público ainda é sim vítimas de um processo sociocultural que os definiu como o que Paulo Freire (1974) denomina como "tábuas rasas", e isso se refere a uma incapacidade de pensar com autonomia e lidar com fatores externos. A criança tem o direito de ter autonomia sobre seu corpo e isso se refere também a conhecer-se; garantir que ela entenda que o mundo pode sim ser colorido mais que ela não é a única com o pincel. A violência sexual existe e nossas crianças precisam saber como identificar, a quem pedir ajuda, compreender que suas partes íntimas não podem ser tocadas ou aliciadas, que beijos na boca não são demonstrações de afeto por mais

que em algumas famílias isso seja ‘normalizado’...que brincadeiras como ‘papai e mamãe’ são indutoras para o abuso, pois o abusador usa da inocência para cometer o ato e este pode ser um familiar ou alguém próximo. E se ele toma o pincel da vida das mãos da criança e faz seus rabiscos, ela terá dificuldade em voltar a sua tonalidade porque manchas de tintas são difíceis de tirar. Assim como as marcas físicas e emocionais que o abuso sexual deixa na vítima.

A educação sexual se situa aqui como aquela que devolve ao infante o poder de se autodefender, tendo em vista que na maioria dos casos, como já foi mostrado nesse trabalho, o abuso ocorre entre consanguíneos e indivíduos afetivos. É importante que ela acredite em contos de fadas e tenha sua pureza preservada, mas se ela não consegue diferenciar o que e quem é mau, ela estará ainda mais indefesa que seus heróis. Porque os contos de fadas sugerem aos infantes um cenário superficial sobre a realidade, mas o lobo mau pode ser sim parente da vovozinha, contudo isso não o impede de ser mau. E se a chapeuzinho vermelho evitasse falar com estranhos ou entendesse que seu ‘inimigo’ pode ser alguém que ela relativamente tem afeição, ela não teria sido devorada. Sua ingenuidade foi mantida mais a que preço? Por isso é essencial que a sociedade de modo geral reflita sobre a importância da fala na educação sexual infantil.

A violência sexual infantil sempre existiu e ela está cada vez mais presente em nosso cotidiano. Os dados aqui apresentados, mostram suas implicações na vida da criança em seus aspectos socioemocionais, psíquicos, afetivos, acadêmicos etc. Portanto, se vê como um quadro que precisa da mais urgente atenção. A escola, a família e os demais âmbitos sociais precisam estar à frente do combate a essa realidade.

É trivial que o educador trabalhe com conhecimento sólido e segurança com os educandos e não apenas exerça trocas de informações, ademais que a desenvolvam o entendimento formal e adequado da temática. Se o medo repressor, presente nos ambientes familiares e social se apresenta também no educacional, o aluno(a) não se sentirá seguro e entusiasmado para a conversa. É importante ressaltar o incentivo à formação continuada dos docentes na educação sexual, principalmente na infanto-juvenil, quando se deve ter uma atenção e cuidado maiores, com diálogos e ações respeitadas.

Tendo isto posto, entendemos que a fragilidade infantil não é apenas uma característica da sua maturidade emocional, mas também de consciência crítica, uma vez que a formação não lhe é oferecida. Como já dizia (Melo, 2009), a criança como sujeito de cultura é alguém capaz de reproduzir e reelaborar o contexto social em que está inserida.

O Brasil tem documentos oficiais, como PCNs, e elas possibilitam a inclusão da temática na escola, contudo ainda existe preconceito discursivo. E esse fato, contribui para que as crianças fiquem à mercê dos crimes aqui já apresentados. Portanto, é necessário que haja a implantação de políticas públicas que promovam a educação sexual nos âmbitos educacionais, além da formação continuada de educadores.

Diante disso, afirmamos que, a educação sexual atualmente não deve ser uma escolha mais uma necessidade educativa. Se existe uma forma de proteger nossas crianças contra a violência sexual essa está na educação. Como (Freire, 2000, p. 67) também dizia “se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria de Fátima. **Violência e abuso sexual na família**. Psicologia em Estudo. Maringá, v.7, n.2, p. 3-11, jul/dez. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/pe/v7n2/v7n2a02.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2025.

BÍBLIA, A. T. II REIS. In: **Bíblia Sagrada**. Bíblia Pastoral: Antigo e Novo Testamento. Tradução: Luiz José Dietrich, José Ademar Kaefer, Maria Antônia Marques, Rafael Rodrigues e Shigeyuki Nakanose. São Paulo: Paulus, 2014.

BRASIL/MEC. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/L9394.htm>. Acesso em 30 mai. 2025

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

Lei n.13.718, de 24 de setembro de 2018. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, tornar pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabelecer causas de aumento de pena para esses crimes e definir como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo; e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais). Diário Oficial da União, 25 set. 2018.

CARNEIRO, Stella Luiza Moura Aranha; CABRAL, Mara Aparecida Alves. **“O silêncio Dos inocentes”**: abuso sexual intrafamiliar na infância. Ver. Epos, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jan. 2010. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178700X2010000100005. Acesso em: 12 de abr. de 2024

COHEN, Jeffrey Jerome. **“A cultura dos monstros: sete teses”**. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). Pedagogia dos monstros. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

Cunha, Carlos. Boletim Epidemiológico Gravidez na Adolescência. Disponível em <https://www.saude.ma.gov.br/wp-content/uploads/2023/03/Boletim-Epidemiologico-da-Gravidez-na-Adolescencia-2023.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2025

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Repressão Sexual**: essa nossa (des)conhecida. Editora Brasiliense S.A. São Paulo, 1984.

FALEIROS, Eva Teresinha Silveira; FALEIROS, Vicente de Paula. **Escola que protege**: enfrentamento a violência contra crianças e adolescentes. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008.

FECHINE, Dani. “Aos 20 anos fui compreender que era vítima de abusada”, diz mulher vítima de abuso sexual infantil. 2023. Disponível em:

<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2023/10/15/aos-20-anos-fui-compreender-que-era-abusada-diz-mulher-vitima-de-abuso-sexual-infantil.ghtml>. Acesso em: 12 de dez. de 2024.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Educação sexual**: como ensinar no espaço escolar. In: FIGUEIRÓ, M. N. D. (Org.). Educação sexual: múltiplos temas, compromissos comuns. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2009.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. A viabilidade dos “temas transversais” à luz da questão do trabalho docente. **PSI**: Revista de Psicologia Social e Institucional, Londrina, 2000.

Fundação Abrinq. **Cenário Violência Sexual**. 2018. Disponível em: <<https://www.fadc.org.br/noticias/cenario-violencia-sexual>>. Acesso em 19 jul. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. Apresentação de Ana Maria Araújo Freire. Carta-prefácio de Balduino A. Andreola. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GOUVÊIA, Guaracira; BARBOSA, André Luiz. **Pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

KUPFER, M. C. M. **Freud e a educação**: o mestre do impossível. 3.ed. São Paulo: Scipione, 2007.

KURPEL, Denise Fátima; GAGLIOTTO, Gisele Monteiro; COUSS, Luana Cristina Reis. **Educação sexual na escola na desmistificação de tabus relacionados à travestilidade**. In: Simpósio Internacional em Educação Sexual, 5, 2017, Maringá. Anais. Disponível em: <http://www.sies.uem.br/> Acesso em: 15 jan. 2025.

LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (organizadoras). **Corpo, Gênero e Sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. 5ª. Ed. Petrópolis, 2010.

LOPES, Viviane. **Caso Araceli**: ‘Mancha vergonhosa na história do país’, diz autora de livro sobre morte de menina há 50 anos no ES. Disponível em: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2023/05/18/caso-araceli-mancha-vergonhosa-na-historia-do-pais-diz-autora-de-livro-sobre-morte-de-menina-ha-50-anos-no-es.ghtml>. Acesso em 19 de dez. de 2024.

MACEDO, Roberto Sidnei. **A etnopesquisa crítica e multirreferencial nas ciências humanas e na educação**. 2. Ed- Salvador: EDUFBA, 2004.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. **Educação sexual**: Princípios Para Ação. NESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências – Departamento de Psicologia. Bauru – SP – Brasil. 2011. P. 77. Disponível em: https://www.academia.edu/download/37798854/Texto_Educação_Sexual_Princípios_para_Acao.pdf. Acesso em 03 set. 2024

MEIRELLES, João Alfredo Boni de. “**Os Ets e a gorila: um olhar sobre a sexualidade, a família e a escola**”. In: AQUINO, Julio Groppa (org.). **Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas**. 3.ed. São Paulo: Summus, 1997.

MELO, Glória Maria Leitão de Sousa; BRANDÃO, Soraya Maria Barros de Almeida; MOTA, Marinalva da Silva. **Ser criança: repensando o lugar da criança na educação infantil**. Campina Grande: EDUEPB, 2009.

MONTEIRO, Cíntia C.; CASTRO, Letícia de O.; HERNECK, Heloisa R. O silenciamento da educação infantil: proposta da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Pedagogia em Ação**, [S.l.], v. 10, n. 1, p. 194-212, nov. 2018. ISSN 2175-7003. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/view/17787/13760>. Acesso em: 22 jul. 2024

MICHAUD, Y. **A violência**. São Paulo: Ática, 1989.

MOIZÉZ, J. S.; BUENO, S. M. V. “Compreensão sobre sexualidade e sexo nas escolas segundo professores do Ensino Fundamental”. **Revista da Escola de Enfermagem**, vol., 44, n.1, 2010.

NUNES, César; SILVA, Edna. **A educação sexual da criança: subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade**. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

NUNES, M. J. F. R. A. “**ideologia de gênero**” na discussão do PNE: a intervenção da hierarquia católica. *Horizonte*, Belo Horizonte. V. 13, n. 39, jul./set. 2015, p. 1243. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.21755841.2015v13n39p1237/8629>. Acesso em: 23 dez. 2024.

PIAGET, Jean. **Para onde vai a educação?** Rio de Janeiro, José Olímpio, 1984.

PFROMM NETO, Samuel. **Psicologia da aprendizagem e do ensino**. São Paulo: EPU/USP, 1987.

ODALIA, Nilo. **O que é violência**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**/ Zilma de Moraes Ramos de Oliveira. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PAULO, Beatrice Marinho. **Novas configurações familiares e seus vínculos sócio-afetivos**. Dissertação (Tese de Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=8122@1>. Acesso em 27 ago. 2024

PIRES, J. M. **Violência na infância: aspectos clínicos**. In: AMENCAR (org.). *Violência doméstica*. Brasília: Unicef, 1999.

PFROMM NETO, Samuel. **Psicologia da aprendizagem e do ensino**. São Paulo: EPU/USP. Acesso em: 16 jan. 2025., 1987.

RIBEIRO, Bruna. Exploração sexual ainda é tabu e invisível no Brasil. **Envolverde**. São Paulo, 7 mar. 2019. Disponível em: <https://envolverde.com.br/tudo-sobre-ods/ods5/exploracao-sexual-ainda-e-tabu-e-invisivel-no-brasil/>. Acesso em 11 mai. 2025.

SANDERSON, C. **Abuso sexual em crianças: fortalecendo pais e professores para proteger crianças contra abusos sexuais e pedofilia**. São Paulo: M. Books do Brasil, 2008.

TEMER, Luciana. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública: Violência Sexual Infantil, Os Dados Estão Aqui, Para Quem Quiser Ver**. 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/14-anuario-2022-violencia-sexual-infantil-os-dados-estao-aqui-para-quem-quiser-ver.pdf>. Acesso em 20 jul. 2024.

VITIELLO, N.; CONCEIÇÃO, I. S. C. Manifestações da sexualidade nas diferentes fases da vida. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**. São Paulo, v. 4, n. 1, jan./jun. 1993, p. 47. Disponível em: https://sbrash.org.br/rbsh/08_rbsh-vol04n2_1993/. Acesso em: 29 dez. 2024.

YUS, Rafael. **Temas transversais: em busca de uma nova escola**. Porto Alegre: Artmed. 1998.